

Aos sete (07) dias do mês de maio de 2019, às dezenove horas (19h) instalou-se a reunião extraordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), com a seguinte pauta: **1-** Informes; **2-** Apresentação dos Grupos de Trabalho da Educação Fundamental, da Educação Integral e do Ensino Superior. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Welessandra A. Benfica, Andréa M.O. Chelles, Joel Dias de Rezende Júnior, Márcia de Fátima N. Cruz, Rui César Resende de Souza, Soraia Feliciano Mercês, Ângela Maria R.F. Barreto, Cláudia Lopes da Costa, Lucas Reis Ávila, Marcos Evangelista Alves, Maria do Socorro Lages Figueiredo, Fabrícia de Oliveira Silva, Galdina de Souza Arrais, Edson Miguel Barcelos. Maria Aparecida V.F. Rocha e Terezinha Lúcia Avelar justificaram suas ausências. Contou, ainda, com a presença de Antônio Lambertucci Junior, assessor parlamentar do Vereador Arnaldo Godoy, Neuma S. Rodrigues do CME/BH e com os secretários executivos Elias José L. de Freitas e Vanessa Márcia da Cunha, conforme lista de presença anexa. Como informes, Marcos Evangelista Alves acusou o recebimento de comunicado do Sindicato dos Professores da Rede Particular (SINPRO) sobre a Paralisação Nacional da Educação no dia 15 de maio, sendo que haverá uma preparação para o evento no dia 09 de maio no referido Sindicato. A representante do SINPRO no Fórum, Terezinha Lúcia Avelar, solicitou que um representante desta instância estivesse presente à reunião. O coordenador Marcos se candidatou para esta representação tendo sido aprovado por todos. O Coordenador Marcos Evangelista Alves passou informações sobre a realização da IX Conferência Municipal de Educação: local de realização - CAD 1 na UFMG nos dias 11, 12 e 13, datas que coincidem com o término do semestre letivo na instituição, o que possibilitará a cessão do espaço. Lembrou, também, que existe um simbolismo na escolha deste local já que ele está fora das dependências da PBH, o que significa que a discussão sobre o PME/BH pertence a todas as instituições educacionais da cidade e não só à instância municipal. Ressaltou que o PME/BH pertence a toda a cidade e que todas as instâncias responsáveis pela educação da cidade devem compromisso com este plano. Em seguida, o Coordenador passou a palavra ao membro Joel Dias de Rezende Júnior para apresentar as conclusões do GT Educação Fundamental sobre o trabalho de monitoramento e avaliação deste eixo. Joel Dias de Rezende Júnior iniciou sua fala apontando as duas estratégias que dizem respeito a este eixo, Metas 2 e 5. A Meta 2 referindo-se à universalização do ensino fundamental e a Meta 5 referindo-se a questão da alfabetização. Ele detalhou o trabalho do GT com a planilha relativa ao ano de 2018 em que, segundo ele, todas as estratégias tem ações executadas, o que significa que no caso da Prefeitura de Belo Horizonte, as políticas para este nível de ensino tem merecido especial tratamento. Apontou, porém, que sentiu falta de alguns indicadores que dessem conta do alcance de matrículas neste segmento que explicitaria a efetividade das ações tomadas. Apontou como desafio um detalhamento maior acerca do atendimento às várias vulnerabilidades do público deste nível de ensino, uma vez que, neste aspecto, o atendimento relativo à questão étnico racial está bem desenhado. Joel Dias de Rezende Júnior apontou, também, lacunas quanto as ações relativas às questões da evasão e da repetência. Joel Dias de Rezende Júnior assinalou como avanços o aprimoramento do cadastro escolar, a formalização de instrumentos normativos, a formação de professores e assistentes quanto às estratégias de alfabetização. A convidada Neuma S. Rodrigues disse que não notou no Cadastro Escolar alguma discriminação que distinga alunos quilombolas, o que poderia significar maior oferta de políticas públicas específicas. O coordenador Marcos Evangelista Alves concordou com a ideia, mas anunciou que o Núcleo de Relações Étnico Raciais tem feito um trabalho de identificação de membros

destas comunidades com a finalidade de fazer com eles um trabalho diferenciado. Nelma S. Rodrigues falou também da necessidade de uma atitude mais proativa por parte da escola em relação as faltas dos alunos. Disse que quando as mesmas são informadas às famílias já estão sob análise de outros órgãos como conselhos tutelares, o que ela considera um procedimento tardio. Segundo ela, a equipe pedagógica da escola deveria estar mais atenta e informar mais diuturnamente às famílias estas ocorrências. O assessor parlamentar do Vereador Arnaldo Godoy, Antônio Lambertucci Júnior saudou os presentes e se disse satisfeito por constatar que o Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte está em pleno funcionamento, o que é importante para a participação social na educação, tendo em vista, inclusive, o atual momento de crise deste setor. Observando a dinâmica de apresentação do trabalho de avaliação do PME, ele externou que deveria-se fazer também uma análise das estratégias que são o caminho para o alcance das metas, elencando quais estariam concluídas e quais ainda não haviam chegado a este patamar. Galdina de Souza Arrais afirmou que o trabalho de monitoramento do PME de Belo Horizonte tem sido primoroso e feito com muito cuidado. O secretário executivo Elias José L. de Freitas anunciou que durante o ano de 2018, houve o monitoramento que consistiu na análise das ações empreendidas pelas gerências, tendo em vista as estratégias de cada meta. O momento atual do processo seria o de se fazer uma avaliação pontual do estágio em que se encontra a meta, inclusive, a partir da análise da situação de todas as estratégias. Márcia de Fátima N. Cruz apontou que apesar das apresentações e do aparente bom funcionamento do sistema educacional, as escolas do ensino fundamental tem enfrentado escassez e ainda necessitado arcar com acúmulo de funções representado pela implantação de unidades da educação infantil, o que tem levado determinadas gestões escolares a enfrentar problemas que se farão presentes em um futuro próximo. O secretário executivo Elias José L. de Freitas defendeu que a Conferência será o momento em que debates desta natureza estarão em pauta, sendo uma oportunidade de a comunidade levar suas avaliações das políticas públicas às instâncias gestoras, o que representa o diálogo da sociedade civil com o poder público. Nelma S. Rodrigues e Galdina de Souza Arrais falaram da participação dos pais que estão se preparando para atuarem na Conferência. Nelma S. Rodrigues disse que é notória a falta que os pais tem de uma vivência na gestão democrática da educação, o que leva a dificuldades no debate entre eles. Segundo ela, é necessária uma vivência democrática dentro das escolas para além da participação meramente formal nas reuniões de colegiados escolares, o que contribuiria para o aperfeiçoamento da intervenção deste seguimento nos debates sobre educação. Galdina de Souza Arrais disse estar muito impressionada com o que viu no Seminário de Pais, assinalando que havia uma grande disposição dos mesmos em emitir opiniões acerca do PME/BH. Marcos Evangelista Alves falou que nesta Conferência é esperada uma importante participação dos pais e inclusive haverá uma fala da profª Tânia Resende da UFMG em que ela discorrerá sobre a importância da participação das famílias no acompanhamento das políticas públicas educacionais. Falou que será acompanhada por outra fala mais técnica sobre a avaliação de políticas. Joel Dias de Rezende Júnior fechou sua apresentação dizendo que em relação aos pontos sobre evasão e presença de quilombolas e indígenas ele já notou nas estratégias da meta ações da PBH que procuram tratar estas questões. Em relação à meta 5, que refere-se mais à questão da alfabetização, falou que há por parte da SMED um cumprimento das estratégias. Finalizou revelando que, em seu estudo, muitas destas estratégias apesar de implementadas, precisam de continuada execução. Em seguida, passou-se a palavra à Lucas Reis Ávila para sua apresentação sobre a avaliação do eixo Educação Integral. Primeiramente, ele apontou a dificuldade em se coletar os dados desta modalidade de ensino junto às redes estadual e privada. Galdina de Souza Arrais sugeriu a coleta destes dados junto aos Conselhos Estadual de Educação e Municipal de Educação. Marcos Evangelista Alves

sugeriu uma articulação entre o Fórum Estadual de Educação, o Fórum Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação para solicitar à rede privada o fornecimento de dados que digam respeito a este setor. Lucas Reis Ávila lembrou que a escola privada atual se difere do modelo que vigorou nos anos 90; sendo que, atualmente, muitas tem desconhecimento dos parâmetros básicos educacionais, como ele pôde constatar em uma oferta de curso que o SINEP ofereceu sobre o BNCC. Exibiu alguns fatores que mereciam atenção no monitoramento, como o número menor de alunos matriculados de um ano para o outro na escola integral. Soraia Feliciano Mercês respondeu que, segundo informação da própria Gerência da Educação Integrada da Smed, Arminda de Oliveira, isto acontece porque o aumento de matrículas se dá no decorrer do ano de forma progressiva e que, por isto, o número máximo de alunos não é detectado no início do período letivo. Nelma apontou que em muitas vezes não há acompanhamento pedagógico na escola integrada o que compromete atendimento nesta modalidade. Segundo ela, há uma discussão sobre o que seria educação integrada e educação integral. Discussão que também foi levantada por Cláudia. O secretário executivo Elias José defendeu ser esta uma discussão ultrapassada já que a concepção de educação na escola integrada também, tende a ser mais ampla. Nelma S. Rodrigues questionou se a escola integral pode ser uma modalidade compulsória ou por adesão e foi esclarecido que, por enquanto, ela se dá por adesão. Por exemplo, no caso da PBH seria quase impraticável oferecer esta modalidade a todos os alunos. Além disto, uma medida desta natureza tiraria da família a oportunidade de maior convivência com seus filhos. Lucas Reis Ávila apontou a questão do espaço físico como um desafio a ser vencido na implementação da escola integrada, já que os espaços antes utilizados, como casas alugadas, nem sempre ofereciam boas condições aos alunos. Segundo dados por ele coletados junto à Gerência da Escola Integrada, 65 escolas passaram pela readequação e 16 delas estão neste processo. Marcos Evangelista Alves explicou que escolas que tem espaço devem ser abertas para projetos de implementação da Escola Integrada. Disse que existe uma separação entre a escola regular e a escola integrada, como se não houvesse ligação entre as duas instâncias. Maria do Socorro Lages de Figueiredo defendeu que a mudança deste quadro é uma tarefa da gestão e falou que uma das soluções seria a do trabalho coletivo dentro da escola. Cláudia Lopes da Costa assinalou a impossibilidade de que isto aconteça devido às dificuldades da discussão pedagógica na escola. Maria do Socorro Lages de Figueiredo respondeu que esta é uma decisão da gestão da escola que, embora não possa dispensar os alunos para as reuniões, pode pagar oficinheiros a R\$30,00 a hora para atividades com eles enquanto se desenrolam as reuniões. Antônio Lambertucci Júnior apontou que, embora pareça haver o cumprimento da meta da Educação Integral, quando se diz que 100% das escolas da RME tem atendimento da escola integrada, a meta diz respeito a 50% de todas as escolas públicas, abrangendo toda a educação básica da cidade. Portanto, seria necessário coletar dados da instância estadual. Cláudia Lopes da Costa disse que infelizmente as escolas de tempo integral no Estado estão em processo de fechamento e que na RME a escola de tempo integral tem sofrido refluxos, em virtude do fechamento de vagas de tempo integral na Educação Infantil. Marcos Evangelista Alves respondeu que não houve esta diminuição e que este atendimento foi remanejado para a rede parceira. Lucas Reis Ávila disse ter sentido falta de um maior detalhamento quanto à delimitação de territórios negros na cidade, sendo esta uma estratégia a ser aperfeiçoada. Em seguida, foi passada a palavra a Welessandra A. Benfica, componente do GT da Educação Superior. Ela apresentou dados da Universidade do Estado de Minas Gerais relativos ao acesso, cursos de graduação e pós graduação da instituição em todo o estado de Minas Gerais. Às vinte e uma horas e quinze minutos (21h15min), o Coordenador Marcos Evangelista Alves agradeceu a presença de todos e sinalizou a próxima reunião extraordinária para o dia 21.05, no TCE MG e encerrou a reunião.